



# DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA

Assembleia da República, 11 de fevereiro de 2021

## Discurso do Deputado Rui Rio

Senhor Presidente

Senhor Primeiro Ministro e demais membros do Governo

Senhoras e senhores Deputados

Repetimos hoje o ato democraticamente penoso de renovação do Estado de Emergência.

Apesar disso, e tal como sempre o tem feito desde o início da Covid-19, o PSD apoia o seu prolongamento, porque está perfeitamente consciente que a gravíssima situação que o País atravessa, não deixa outra possibilidade, a quem responsabilmente consubstancia a alternativa ao atual Governo.

Nunca nos deixamos levar para um voto irresponsável, comandado por opções táticas que subordinem o interesse nacional a objetivos de natureza partidária.

Que seria de Portugal se também o PSD tivesse votado contra o Estado de Emergência? O País estaria do ponto de vista sanitário, económico e social numa situação ainda mais deplorável, e o Governo estaria, seguramente, a culpar o Parlamento por este não lhe ter disponibilizado os meios necessários para um combate em que todos devemos assumir a nossa quota-parte de responsabilidade.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

É essa quota-parte que o PSD tem assumido na plenitude, mas que, no que ao Governo compete, é patente que ele tem estado bem longe de conseguir cumprir com o que lhe é legitimamente exigível.

Se Portugal tem sido o pior do mundo no combate à pandemia, é porque quem nos governa não tem estado plenamente à altura das responsabilidades que foi chamado a assumir.



Falhamos no planeamento da segunda vaga, o que implicou que ela praticamente se juntasse a uma terceira onda de dimensões absolutamente dramáticas.

Tardamos a confinar e, quando o fizemos, fomos arrastando as medidas de forma demasiado lenta e demasiado gradual.

Mantivemos as escolas abertas para lá do aceitável, sendo hoje bem claro, que elas são um dos principais focos de contágio social. Basta ver a desaceleração atual do número de contágios para se perceber o que poderíamos ter evitado, se tivesse havido mais sentido da realidade.

E, neste capítulo, também não seremos seguramente dos melhores do mundo, quando, devidamente e em tempo oportuno, não preparamos as escolas para o ensino à distância, penalizando os nossos jovens para lá do necessário.

Falhamos, também, logo no arranque do processo de vacinação ao distribuir as doses de forma muito pouco rigorosa e colocando, assim, demasiadas sobras na esfera de decisão de gente com fraco sentido ético.

Senhor Presidente, chamarmos aqui a atenção para os erros cometidos, tem como intenção primeira o incentivo à sua correção e o conseqüente melhoramento da ação governativa.

É importante que o Governo passe a planear melhor as suas ações, em função de objetivos claramente definidos, de molde a pouparmos vidas e sofrimento aos portugueses.

Jamais conseguiremos atingir as metas de vacinação fixadas e a defesa da nossa economia, se não formos capazes de começar a vacinar mais rapidamente do que o que, até aqui, temos feito.

Para isso, é preciso criar, a tempo e horas, muitos mais locais de vacinação do que aqueles que, neste momento, existem, o que exige uma articulação eficaz e competente com todas as autarquias.

Para isso, é também preciso transparência, sendo absolutamente determinante que o Executivo nos passe a informar diariamente o número de cidadãos já vacinados.

Para isso, é também preciso que o Governo relegue a sua permanente preocupação com a propaganda política para os tempos de campanha eleitoral e não para este momento dramático com que os portugueses estão confrontados.



Porque neste momento tão difícil, é tempo de todos assumirmos as nossas responsabilidades; em nome das vidas que podemos ajudar a salvar, e no respeito pelo louvável sacrifício que muitos profissionais de saúde estão a fazer por Portugal.

Saibamos estar todos à altura do exemplo que deles estamos a receber.